

Prazos de Desincompatibilização

Compilação de Legislação e Jurisprudência, elaborada pela Seção de Jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. A tabela ora apresentada tem caráter meramente informativo, uma vez que os casos concretos serão apreciados pelos órgãos competentes por ocasião do julgamento dos registros de candidato.

*A coluna prazo é referenciada em legislação e/ou jurisprudência

(*Atualizada em maio de 2023)

CARGO/ FUNÇÃO OCUPADA	ELEIÇÃO PARA O CARGO DE	REFERÊNCIA LEGISLATIVA	JURISPRUDÊNCIA	PRAZO
Profissionais liberais que prestam serviços ao município sem vínculo empregatício	GOVERNADOR/VICE	_____	Precedentes específicos não localizados	—
	SENADOR	_____	Precedentes específicos não localizados	—
	DEPUTADO FEDERAL	_____	Precedentes específicos não localizados	—
	DEPUTADO ESTADUAL	_____	Precedentes específicos não localizados	—
	PREFEITO/VICE	_____	TRE/PI - Processo nº 0000115-96.2016.6.18.0051. Cargo prefeito. Advogado contratado pelo poder público. Profissional liberal. Desnecessidade. (Acórdão de 29.09.2016)	Não há
			TRE/PR - Processo nº 396-38.2012.6.16.0119. Cargo vice-prefeito. Profissional liberal que presta serviços em hospital conveniado ao SUS. Desnecessidade. (Acórdão de 17.08.2012)	
			TRE/PR - Processo nº 7949 (processo s/n único). Cargo vice-prefeito. O médico que se desincompatibiliza de função pública para concorrer a cargo eletivo não está impedido de exercer a profissão na via liberal. (Acórdão de 03.06.2009)	
			TRE/BA - Resolução nº 300. Cargo prefeito. Não há necessidade de desincompatibilização de profissional liberal, prestador de serviço a Município, por prazo certo, [...] vez que isento de qualquer vínculo de dependência com os entes federativos. (Acórdão de 20.04.2004)	
	VEREADOR	_____	TSE - Processo nº 0600434-12.2020.6.08.0032. Cargo vereador. É remansosa a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que médico credenciado ao Sistema Único de Saúde - no exercício particular da medicina - não se sujeita aos prazos de desincompatibilização previstos pela Lei Complementar nº 64/90, uma vez que tais profissionais não mantêm vínculo empregatício com o Poder Público. Súmula nº 30/TSE. (Acórdão de 11.02.2021)	Não há
			TRE/SP - Processo nº 0600218-52.2020.6.26.0096. Cargo vereador. Médico que presta serviço particular em hospital conveniado ao SUS. (Acórdão de 23.03.2021)	
			TRE/PI - Processo nº 0600058-47.2020.6.18.0032. Cargo vereador. Advogado contratado pelo poder público. Profissional liberal. Desnecessidade. (Acórdão de 06.11.2020)	
			TRE/PR - Processo nº 5421 (processo s/n único). Cargo vereador. Prestador de serviço contratado por empresa privada prestadora de serviço de saúde ao ente federativo. (Acórdão de 15.04.2010)	